



Brasília, 20 de dezembro de 2023

INFORMES SOBRE A REUNIÃO DA MESA DE NEGOCIAÇÃO DO DIA 18.12.2023

A FASUBRA Sindical participou, através de sua coordenadora geral, Cristina del Papa, da reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente realizada no dia 18 de dezembro, na qual o governo anunciou sua política de reajustes nos benefícios:

- Auxílio Alimentação de R\$658,00 para R\$1.000,00 (52% de aumento)
- Auxílio Saúde - Valor de R\$144,00 para 215,00 (49,3%)
- Auxílio Creche - Valor de R\$321,00 para R\$485,90 (51,4%)

Em relação à política de reajuste salarial para o funcionalismo público federal foi apresentado que após esforço hercúleo da Ministra Esther Dweck para aumentar o valor divulgado às entidades sindicais de 1,5 bilhões, ela conseguiu aumentar para 3 bilhões, sendo parte para os benefícios, o que representará em âmbito geral um aumento de 51,06% nos auxílios.

O restante desse montante será utilizado para recomposição salarial, que não acontecerá em 2024. O percentual oferecido é de 9% em dois anos, ou seja, 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026. O Secretário explicou que o governo está igualando o percentual oferecido para os servidores do judiciário que receberam 18% em 3 anos para os servidores do executivo.

O Secretário colocou todas as dificuldades do governo em relação às restrições do orçamento, mesmo assim a Ministra Esther conseguiu abrir espaço que permitisse a apresentação dessa proposta, que eles sabem que não era o esperado, mas foi o que se conseguiu fazer.

O Secretário, após questionamentos da bancada sindical respondeu aos seguintes pontos:

- 1) Data base: afirmou que para este governo a data base será o mês de maio, a partir da negociação de 2023 da recomposição emergencial de 9% e o aumento dos benefícios. Portanto, a implementação dos reajustes nos benefícios ocorrerá a partir do mês de maio de 2024;
- 2) Mesas específicas: disse que as mesas e as discussões sobre carreira continuarão a acontecer, mesmo com um orçamento em torno de 380 milhões para contemplar as categorias, e não deu maiores detalhes. Reafirmou que o governo vai contemplar as carreiras que recebem menos e que foram mais prejudicadas;
- 3) Possibilidade de antecipação: disse que se ocorreu abertura no orçamento para 2024, o governo poderá fazer a antecipação dos percentuais que estão programados para 2025 e 2026 para 2024 e 2025. Mas, deixou explícito, que isso só vai acontecer se o governo tiver aumento na arrecadação;
- 4) Prejuízo em relação a inflação: a bancada sindical fez duras críticas e deixou claro que os servidores do executivo terão mais uma vez prejuízos em relação à perda inflacionária, e que os servidores públicos federais irão responder à altura a essa afronta aos trabalhadores e trabalhadoras, com atos, mobilizações e a construção de uma grande greve no primeiro semestre de 2024. O governo respondeu novamente que se houver abertura no orçamento com novas arrecadações poderá antecipar a recomposição para 2024 e 2025;
- 5) Em relação ao prejuízo aos aposentados, a bancada sindical em uma só voz fez críticas



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

duríssimas e colocou para o governo que não aceita que aposentados e pensionistas tenham prejuízos nesta negociação. Argumentou que eles não recebem os auxílios alimentação e creche e que a proposta é excludente em relação a essa parcela significativa das categorias. Além disso, o auxílio saúde não é para todos e todas aposentadas e pensionistas já que a maioria não tinha plano de saúde porque é muito caro. Foi lembrado que em 2007 quando foi implementado o ressarcimento ao plano de saúde, o auxílio naquela época pagava em torno de 75% do plano e hoje não chega a 15%. Foi colocado, ainda, que esta proposta divide as categorias e, se reveste de um etarismo perverso. A bancada sindical solicitou ao governo que reveja a proposta para que a mesma possa contemplar aposentados e pensionistas. O governo disse que naquele momento não tinha como responder.

A FASUBRA Sindical, na pessoa de sua coordenadora geral, Cristina del Papa, foi a única entidade, que comunicou ao governo que a categoria dos Técnico-administrativos em Educação, em Plenária realizada no início de dezembro, aprovou a orientação para que sua base aprove **“Estado de Greve”** para início de janeiro e mobilização para possível greve no primeiro trimestre de 2024. Alertou ao governo que as notícias repassadas na reunião fariam os ânimos se exaltarem e a mobilização se intensificar para que a greve aconteça. O que fará com que o primeiro semestre letivo de 2024 nas universidades e institutos federais não se inicie.

INFORME SOBRE A REUNIÃO COM O MGI

Proposta do governo para 2024:

- ➔ Auxílio Alimentação - de R\$ 658,00 para R\$ 1.000,00.
- ➔ Auxílio Saúde - de R\$ 144,00 para R\$ 215,00.
- ➔ Auxílio Creche - de R\$ 321,00 para R\$ 485,90.

Recomposição salarial:

- 2024 - 0%
- 2025 - 4,5%
- 2026 - 4,5%



RELATÓRIO E AVALIAÇÃO DA REUNIÃO DA MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE – MNNP no dia 18.12.2023

Avaliação

O governo foi questionado na mesa sobre a proposta de reajuste, que não atende a necessidade de recomposição salarial visto que, ficamos 6 anos sem qualquer reajuste e, por conta disso, acumulamos perdas de mais de 50%, no salário e que segundo as projeções da inflação essa proposta sequer vai cobrir a inflação do período do governo. Em resposta respondeu que eles preveem uma redução na inflação do próximo ano, o que poderia resultar em um acumulado final na ordem de 16%.

Essa resposta é uma demonstração clara de que o governo não quer se comprometer em repor as perdas que tivemos no longo período de sucateamento e destruição do serviço público, propondo repor apenas a inflação do seu período de governo. Lutamos para superar esse momento ruim da nossa história e não é justo que o peso desse descaso seja jogado simplesmente nas nossas costas.

O governo prometeu, em campanha e no momento da transição, que iria trabalhar para aproximar os salários dos servidores públicos, o que significa dar maiores reajustes para os que ganham menos. A única forma de se concretizar isso, é através da reestruturação das carreiras e, a ação do governo foi no sentido contrário. Além de destinar na lei do orçamento para o próximo ano um valor insignificante para esse fim, o governo orientou ao relator do orçamento que rejeitasse todas as emendas que foram colocadas visando a reestruturação de carreiras, o que foi devidamente cumprido, sobre os protestos dos servidores públicos no momento da votação.

O processo de negociação na MNNP se arrastou durante o ano inteiro e o que o governo fez de verdade “foi enrolar” para, já no final do ano apresentar uma proposta fechada, que não dialoga com o que foi apresentado na mesa. Nem mesmo o reajuste dos benefícios atende o apresentado, pois o que foi cobrado foi a equiparação dos benefícios com os outros poderes e não valores aleatórios que não tenham nossa proposta como parâmetro.

Pautas importantes nossas como a revogação de medidas autoritárias contra os servidores públicos, dos governos Temer e Bolsonaro, não foram pautadas pelo governo com a seriedade que deve haver num processo de negociação. Receberam nossa proposta de revogação, responderam que não poderiam revogar porque algumas já estavam surtindo efeito, mas que deveríamos sugerir alterações e o fizemos, mas, mesmo as propostas de alteração nessa legislação, não foi encaminhada pelo governo.

Algumas mesas específicas foram instaladas, entre as quais a que envolve a FASUBRA e o Sinasefe, onde apresentamos a proposta de reestruturação do PCCTAE, aprovada em plenária. Já se passaram mais de 60 dias e o governo não convocou nova reunião para responder ou apresentar contraproposta. Já fizemos diversas cobranças ao governo, ainda sem respostas.

Na última plenária realizada dias 9 e 10 de dezembro aprovamos, por unanimidade, um calendário que aponta para a necessidade das nossas entidades realizarem assembleias e aprovarem estado de greve, com indicação de uma greve ainda no primeiro trimestre de 2024, caso o governo não atenda a nossa pauta. Diante da proposta do governo para a pauta geral dos



servidores e da escassez de recursos para reestruturação, não nos resta outra saída a não ser apostar no calendário aprovado, apostar na mobilização. Nunca conseguimos nada sem luta e não vai ser diferente: se realmente queremos reestruturar nossa carreira e termos salários dignos, o caminho é o caminho da luta!

MOBILIZAÇÃO NACIONAL EM DEFESA DO ENSINO MÉDIO DE QUALIDADE

Na tarde desta terça-feira, 19 de dezembro, a FASUBRA Sindical, esteve presente em um ato de manifestação em frente ao anexo 2 da Câmara dos Deputados juntamente com diversas entidades sindicais e da educação.

O projeto de lei da “reforma da reforma” do Ensino Médio (PL 5.230/23) que seria votado na Câmara hoje, acabou sendo adiado para março de 2024. A mobilização teve como objetivo barrar esse retrocesso e defender a revogação do Novo Ensino Médio (NEM).

Durante o ato, as deputadas Alice Portugal (PCdoB -BA), Sâmia Bonfim (PSOL-SP) e o deputado Gláuber Braga (PSOL-RJ) também se manifestaram apoiando a luta dos estudantes que também é uma luta de todas as entidades que defendem um ensino médio de qualidade. Nas redes sociais, diversos outros parlamentares também expressaram apoio à revogação do novo ensino médio.

De acordo com a Deputada Alice Portugal “pela força e mobilização dos estudantes, professores e parlamentares, conseguimos adiar a votação da reforma do ensino médio para março, após a Conferência Nacional da Educação! Muito orgulho da força dos movimentos estudantis, dos estudantes, dos professores e de todos que acreditam no desenvolvimento do país através da educação”, ressaltou Alice Portugal.

É importante reafirmar que a defesa de uma educação de qualidade também faz parte das lutas dos técnico-administrativos em educação. E neste dia 19 de dezembro, em que a FASUBRA Sindical comemora oficialmente os seus 45 anos, relembremos nossas lutas:

“A FASUBRA Sindical tem como sustentáculo de luta o compromisso de classe, libertário e transformador. Pauta suas ações na perspectiva da construção de uma sociedade socialista, mais justa, igualitária e inclusiva e na defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. É uma entidade comprometida, em conjunto com outras Entidades e movimentos sociais, na luta pela construção da Universidade Cidadã para os Trabalhadores.”

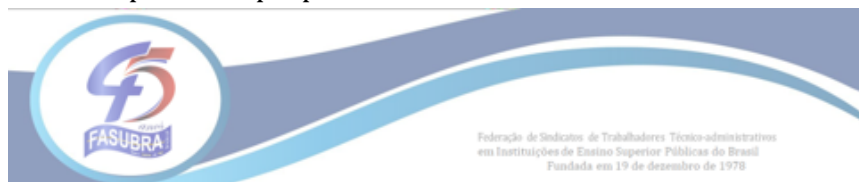
Veja as mídias do evento, acessando nosso site: [MOBILIZAÇÃO NACIONAL EM DEFESA DO ENSINO MÉDIO DE QUALIDADE : Fasubra Sindical](#)



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

ACÇÃO PARLAMENTAR SOLICITANDO APOIO PARA A NEGOCIAÇÃO SALARIAL DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

A direção da FASUBRA iniciou o trabalho de visita aos parlamentares, conforme deliberado em sua plenária Nacional nos dias 9 e 10, solicitando apoio para os encaminhamentos de sua mesa de negociação específica. Os Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Públicas de Ensino Superior IPES estão à espera da resposta do MGI sobre sua proposta de reestruturação da carreira e recomposição salarial já apresentada ao governo e que até o momento não obteve resposta e nem agenda da próxima mesa negociada. Abaixo a carta construída para este propósito.



CARTA DA PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA

Brasília, DF 13 de dezembro de 2023.

À Excelentíssima Ministra Senhora
Esther Dweck
Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Assunto: Reunião da Mesa de Negociação Específica da Educação com a Contraproposta para o PCCTAE

Excelentíssima Ministra Sra. Esther Dweck,

Nós, entidades sindicais e parlamentares, abaixo-assinados, solicitamos, respeitosamente, a convocação de reunião da Mesa Específica e Temporária de Negociação para a Reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

A referida Mesa de Negociação, foi instalada no dia 04 de setembro de 2023, tendo sua segunda reunião realizada no dia 03 de outubro, quando as entidades sindicais apresentaram suas propostas para o aprimoramento do PCCTAE. Desde então, a FASUBRA Sindical e o SINASEFE Sindicato Nacional aguardam a contraproposta do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Destacamos que a proposta de reestruturação do PCCTAE foi a primeira mais votada do tema Educação na consulta do Plano Plurianual (PPA) na plataforma Brasil Participativo, resultado que ratifica a urgência da categoria, que abriga mais de 220 mil pessoas, por reestruturação e recomposição salarial.

Importa ressaltar que o aprimoramento do PCCTAE impactará diretamente no funcionamento das Instituições Federais de Ensino (IFE), que hoje sofrem com os resultados da precarização da carreira, que resulta, em evasão de servidores, em especial os novos concursados, sobrecarga de trabalho e adoecimento dos servidores e servidoras técnico-administrativos em Educação. A tudo isso soma-se o processo de terceirização dos fazeres e atividades dessa categoria, prejudicando os processos de ensino, pesquisa, extensão, assistência e gestão.

A Mesa Específica e Temporária de Negociação para a reestruturação do PCCTAE foi a primeira aberta dentre as mesas específicas, devido aos critérios de prioridade definidos pelo próprio MGI. No entanto passados mais de 60 dias da última reunião, as entidades sindicais ainda não obtiveram resposta desse ministério. Nesse intervalo de tempo, ao menos quatro carreiras já tiveram e firmaram acordo em suas mesas de negociação e duas já receberam propostas do Governo Federal.

Assim, considerando- a urgência dessa tratativa, solicitamos, respeitosamente,



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

que seja agendada a próxima reunião da mesa específica e temporária de negociação do PCCTAE, e requeremos o devido tratamento dessa pauta em sinal de respeito à Educação, às servidoras e servidores técnico-administrativos em educação, à comunidade acadêmica das IFEs, e à toda a sociedade.

Respeitosamente,


Cristina del Papa

Documento assinado digitalmente
IVANILDA OLIVEIRA SILVA REIS
Data: 13/12/2023 15:51:00-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>
Ivanilda Oliveira Silva Reis


José Almiram Rodrigues

Coordenação geral da FASUBRA Sindical


Elenira Oliveira Vileja
Coordenadora Geral do SINASEFE

CALENDÁRIO

DEZEMBRO

19 a 21

Rodada de Assembleias para avaliar o resultado da reunião com a representação do Governo Federal. Aprovar o indicativo de “**Estado de Greve**” a partir de janeiro de 2024.

JANEIRO

17

Reunião CNSC - Comissão Nacional de Supervisão da Carreira.

29

Dia da Visibilidade Trans

31

Reunião virtual GT LGBTQIA+

MARÇO

12

Encontro da CEA.

13 a 15

Conferência Regional da Educação Superior – CRES +5.